

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.809 - CE (2018/0337558-0)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : A PREDIAL - ADMINISTRADORA CEARENSE DE BENS IMÓVEIS LTDA  
**ADVOGADOS** : RICARDO WAGNER AMORIM TAVARES FILHO - CE019242  
RIGOBERTO AMORIM TAVARES E OUTRO(S) - CE016038  
**RECORRIDO** : SOMPO SEGUROS S.A.  
**ADVOGADO** : FÁBIO FRASATO CAIRES E OUTRO(S) - SP124809

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEFICIENTE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de obrigação de fazer c/c reparação por danos morais.
2. A deficiente fundamentação do recurso impede o seu conhecimento.
3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
4. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
5. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
6. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por A PREDIAL - ADMINISTRADORA CEARENSE DE BENS IMÓVEIS LTDA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Recurso Especial interposto em:** 11/09/2018

**Processo distribuído ao Gabinete em:** 21/12/2018

**Ação:** de obrigação de fazer c/c reparação por danos morais ajuizada pela recorrente, em face de MARÍTIMA SEGUROS S/A, na qual

requer a condenação da recorrida ao pagamento de valores despendidos com o imóvel incendiado e de indenização por danos morais e aluguéis não recebidos.

**Sentença:** julgou improcedente os pedidos formulados na petição inicial pela recorrente, condenando-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

**Acórdão:** conheceu do recurso de apelação interposto pela recorrente para negar-lhe provimento, nos termos do aresto assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO. REPARAÇÃO DE DANOS. ILEGITIMIDADE ATIVA- AUTORA SEGURADA. PRESCRIÇÃO- PEDIDO ADMINISTRATIVO. RELAÇÃO CIVILISTA- NÃO INCIDÊNCIA DAS NORMAS CONSUMERISTAS. PRÊMIO NÃO PAGO NA DATA APRAZADA. INCLUSÃO DE IMÓVEL OBJETO DE SINISTRO EM NOVA APÓLICE. BOA-FÉ OBJETIVA. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.*

*1. A relação jurídica em questão envolve a autora e a suplicada, como demonstra a vasta documentação acostada aos autos. Todas as tratativas foram realizadas entre referidas pessoas jurídicas, assim como as comunicações relativas ao sinistro. Preliminar de ilegitimidade ativa não acolhida.*

*2. O prazo prescricional das ações de seguro é de um ano, contado a partir da ciência do fato gerador da pretensão, consoante art. 206, § 1º, II, a do Código Civil. Referido prazo é suspenso quando o pedido de pagamento de indenização é formulado administrativamente, nos termos da Súmula 229 do STJ. No caso dos autos, o pedido feito à seguradora obteve resposta negativa em 03/03/2010, de modo que a ação, proposta em 17/12/2010, com despacho determinando a citação às fls. 283, não está prescrita. Preliminar rejeitada.*

*3. O entendimento do STJ é no sentido de que a pessoa jurídica é considerada consumidora quando contrata seguro para seu próprio patrimônio. Contudo, se o seguro empresarial é contratado para cobrir riscos dos clientes, passa a integrar os serviços prestados pela pessoa jurídica, afastando-se as normas do CDC. No caso, o seguro foi contratado pela autora, mas como parte integrante dos serviços prestados a seus clientes, razão pela qual não se aplicam as normas consumeristas. Devem incidir, portanto, os dispositivos do Código Civil que regulam a matéria.*

*4. A modalidade de seguro ofertado pela promovida às imobiliárias admite a inclusão dos diversos imóveis locados no mês na mesma apólice, desde que o pagamento do prêmio ocorra no fim de referido mês. Essa possibilidade não afeta o pagamento da indenização. De fato, se a autora tivesse efetuado o pagamento da primeira proposta no vencimento acordado, seu direito à indenização estaria assegurado, mas não o fez. A primeira proposta foi*

*considerada cancelada em razão do não pagamento no prazo por parte da autora, razão pela qual não há como reconhecer sua validade.*

*5. Nos contratos de seguro, em atenção ao princípio da boa-fé contratual, o segurado que omitir circunstância que possa influir na aceitação da proposta perderá o direito à garantia (arts. 765 e 766 CC). No caso dos autos, a parte autora agiu em desacordo com as normas legais, uma vez que, mesmo diante da negativa da seguradora, inseriu o imóvel sinistrado em nova apólice, sem qualquer informação adicional acerca do sinistro ou de seu anterior equívoco que implicou no cancelamento da apólice referente ao imóvel. A autora, ao não pagar o valor da primeira proposta no prazo, perdeu o direito de ter o imóvel objeto do sinistro segurado. O fato de incluí-lo em nova apólice, sem nenhuma ressalva, não traduz comportamento condizente com a boa-fé contratual.*

*6. Quanto ao pedido de reparação por dano moral, não se restou comprovado o ato ilícito atribuído à promovida, assim como o dano suportado pela autora. A seguradora agiu de forma lícita, tendo em vista o cancelamento da proposta. O dano moral, por sua vez, exige prova da mácula à honra objetiva, tratando-se de pessoa jurídica, o que não ocorreu no caso 7. Apelação conhecida e não provida (e-STJ fls. 440/441).*

**Embargos de Declaração:** opostos pela recorrente, foram rejeitados (e-STJ fls. 467/471).

**Recurso Especial:** a recorrente sustenta, além de divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que na presente hipótese houve inadimplemento da recorrida, haja vista que foi contratado um novo seguro para o imóvel incendiado e que o fato da proposta ter sido enviada após o sinistro não é óbice para a liberação da indenização.

#### **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento:** aplicação do CPC/2015

**- Da fundamentação deficiente do recurso**

A via estreita do recurso especial, exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo inquinado como violado, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos.

Na presente hipótese, quedou-se a recorrente de indicar com precisão o artigo de lei federal que reputa violado pelo acórdão recorrido, o

que revela a deficiência de fundamentação suficiente a atrair o óbice da Súmula 284 do STF.

**- Da divergência jurisprudencial**

O recurso também não pode ser conhecido pela alínea "c" do permissivo constitucional, quando o dissídio não é apresentado adequadamente devido à ausência de similitude fática e o cotejo analítico entre os julgados recorrido e o paradigma colacionado nas razões recursais.

Ademais, a falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência inviabiliza a análise do dissídio. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

**- Da ausência de fundamento impugnado**

No mais, ainda que fossem ultrapassados tais óbices, observa-se que o Tribunal de origem ao apreciar a questão atinente à necessidade de interpelação da seguradora entendeu que essa não se aplicaria à hipótese dos autos, haja vista que o seguro não foi contratado em prestações, mas em parcela única, argumento que não foi impugnado pela recorrente. Incide a Súmula 283/STF.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários anteriormente fixados em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

